

A bomba da dívida não quitada

A hipótese do *Day After* na economia apavorou a América Latina

Paris — Uma verdadeira bomba política explodiu na América Latina, quando um estudo da Brookings Institution revelou que uma eventual rejeição da dívida externa dos países da região traria consequências que não poderiam ser assumidas pela maioria dos governos. A divulgação deste estudo acabou sendo visto como uma aparente destruição das esperanças de alguns países que propunham a criação de um "Clube dos Devedores" e a adoção de uma estratégia agressiva para enfrentar os credores, um tema de grande importância em um continente que deve 350 bilhões de dólares.

Este estudo de sensacionais características ("América Latina: a crise da dívida e do crescimento") foi elaborado por Thomas Enders (ex-subsecretário de Estado para Assuntos Internacionais) e Richard Matthei (pesquisador da Brookings Institution) para explorar as prováveis consequências de um repúdio pelos sete maiores devedores da América Latina. Baseando-se em modelos econômicos da "Data Resources International" (DRI), os especialistas imaginaram uma cena em que a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela repudiam suas dívidas e deixam de pagar os juros a partir de 31 de dezembro de 1982.

Para desenvolver esta tese até suas últimas consequências, foi preciso considerar uma série de parâmetros: — o crescimento da economia dos Estados Unidos entre 1983 e 1987, será de 3,6 por cento ao ano, a libor flutuará em 10,6 por cento durante este período e o preço internacional do petróleo baixará ligeiramente em 1984 para voltar a subir a um ritmo de 10 por cento nos anos seguintes.

Considerando que o custo unitário das exportações aumentará à razão de cinco por cento ao ano e os ingressos de divisas por unidade exportada baixarão em cinco por cento, o repúdio da dívida seria contraproducente para o Chile, Colômbia e Peru. Mantendo o esquema atual de negociar pacotes de refinanciamento e novos empréstimos sujeitos a programas de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Chile evita a queda de quase 20 por cento de seu Produto Interno Bruto (PIB), em 1983 conseguirá um crescimento de 23,9 por cento durante este quinquênio. Repudiando a dívida, por outro lado, seu PIB de 1987 crescerá apenas 18 por cento em relação a 1982.

Para a Colômbia e o Peru seria mais difícil porque os governos destes países não seriam capazes de gerar os excedentes comerciais necessários para manter seu comércio externo devido à ausência de créditos comerciais. Em circunstâncias normais, a Colômbia teria um crescimento de 25,5 por cento durante este quinquênio, mas repudiando a dívida, esta taxa cairia para 7,1 por cento.

No caso do Peru, seu crescimento previsto para 1982/87 é de 15 por cento e, se optasse pelo repúdio, baixaria para 7,5 por cento no mesmo período. O Brasil, que teria um crescimento negativo de 4,9 por cento no quinquênio analisado, repudiando a

ARQUIVO/CB



Enders, ex-subsecretário, é um dos autores do estudo

dívida poderia obter um crescimento de seu PIB de 12 por cento.

Qualquer país necessita, pelo menos, do equivalente a três meses de exportação para manter seu comércio externo. A Venezuela que conta com reservas suficientes, poderia aumentar seu crescimento quinquenal (12 por cento) para 32,1 por cento, se repudiar a dívida. Apenas a Argentina, o país mais auto-suficiente da América Latina, teria menos dificuldades para resistir à pressão de seus credores, mas seu crescimento previsto de 20,2 aumentaria apenas para 25,3 por cento.

Todos estes estudos, aparentemente otimistas para alguns países, baseiam-se na suposição de que o curso do repúdio à dívida seria apenas de cinco por cento do comércio externo de cada país, mas a situação é totalmente diferente no caso de uma simulação com base em um custo de 10 por cento: neste caso, a situação seria a seguinte:

Isto significaria que a Venezuela teria que viver vários anos com re-

servas equivalentes a uma semana de importações (o que é virtualmente impossível) para obter lucros com o repúdio. Para o México e o Brasil, teria resultados inversos aos que podem conseguir nas atuais circunstâncias.

Segundo os especialistas, apenas a Argentina poderia tirar reais benefícios com um repúdio à dívida a um custo de 10 por cento de seu comércio externo porque não teria problemas de reservas e conseguiria 4,4 por cento mais de crescimento em relação ao que pode obter em condições normais.

Tanto para os credores quanto para os devedores, este estudo reflete apenas uma situação que pode acontecer, mais a maioria dos credores consideram pouco provável um repúdio da dívida. De qualquer forma, definitivamente, a decisão final dos países latino-americanos, tanto individual quanto coletivamente — dependerá em grande medida da atitude que os credores adotarão para criar uma certa flexibilidade nas renegociações e pagamentos.

País	SEM REPÚDIO		REPÚDIO A UM CUSTO DE 10 POR CENTO.	
	1983	1987	1983	1987
Argentina	3,4	20,2	-0,1	24,6
Brasil	15,3	-4,9	-10,0	5,0
Chile	1,1	23,9	-24,6	6,9
Colômbia	2,8	25,8	-1,8	16,9
México	-4,4	6,6	-1,9	-0,4
Peru	0,0	15,0	-10,8	-7,4
Venezuela	-1,6	12,0	-1,8	29,1